



## *Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas*

**Acta N.º 06/2025  
(9ª do Mandato - 2023/2027)**

Ata da Reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas realizada em 21 de junho de 2025 (14:00, hora de Lisboa), em videoconferência (Zoom). Presentes 11 (onze) Conselheiros (membros do CP do CCP): António Guerra Iria, António Paulo Neves Marques, Beatriz Neves Guedes Pereira, Carlos Rui Pires Marcelo, Daniel Ferreira Loureiro, Flávio Alves Martins, José Fernando Campos da Silva Topa, Manuel Cândido de Oliveira Coelho, Manuel Pinto Pereira Viegas, Odete da Silva Fernandes, e Vasco Pinto de Abreu. Presente ainda o Coordenador da CT QCPC, Rui Ribeiro Barata. Ausências de António Manuel Mota da Cunha, do Coordenador da CT QSEFM, Hilário da Cunha, e da Coordenadora da CT CEPECACS, Sandra Mano Ferreira.

### **1. Abertura da Reunião**

A reunião foi aberta pela Presidente do Conselho Permanente do CCP (CP/CCP), Flávio Alves Martins, que, após verificação de quórum de presença, saudou a todos os presentes e agradeceu a participação na nona reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas, tendo também sido aprovada a ordem do dia por todos os presentes.

### **2. Assuntos em Discussão**

- 2.1** Aprovação da Ata da reunião de 24 de maio de 2025, realizada por videoconferência (Zoom), pelas 14:00, hora de Lisboa
- 2.2** Reuniões das CTs e Conclusões
- 2.3** Ponto de Situação da Programação da reunião do CP/CCP
- 2.4** Relatório anual de atividades do CP/CCP: início de discussão
- 2.5** Novo GSECP
- 2.6** Assuntos Gerais

---

#### **2.1 Aprovação da Ata da reunião de 24 de maio de 2025, realizada por videoconferência (Zoom), pelas 14:00, hora de Lisboa**

A Ata da Reunião de 24 de maio de 2025 foi aprovada por todos os membros do Conselho Permanente, presentes na reunião. Após a assinatura do Presidente e dos Secretários, e tal como as anteriores atas elaboradas até ao presente, ela será enviada à SECP e à DGACCP, sendo solicitada a sua distribuição a todos os conselheiros do CCP.



## *Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas*

### **2.2 Reuniões das CTs e Conclusões**

O ponto 2 da agenda versou sobre as reuniões das Comissões Temáticas realizadas em Lisboa, nos dias 26 e 27 de maio de 2025. O Presidente Flávio Martins referiu que estas tiveram lugar no Palácio das Necessidades, e que o desenrolar dos trabalhos ocorreu dentro da normalidade, apesar da ausência do SECP, que se encontrava a acompanhar o apuramento da contagem dos votos das eleições. No entanto, os Conselheiros tiveram a oportunidade de disfrutar da companhia do Dr. José Cesário na terça-feira (dia 27 de maio).

As reuniões decorreram de forma satisfatória, com a participação dos membros nas discussões e deliberações. Flávio Martins mencionou que participou em algumas dessas reuniões, como é habitual, e solicitou que as Comissões apresentassem as suas conclusões até ao dia 10 de junho. As atas, por sua vez, estão previstas para serem enviadas até 30 de junho.

O Presidente do CP do CCP referiu ainda que não tinha recebido as conclusões da Temática para as Questões Consulares e da Participação Cívica, coordenada pelo Rui Barata, e que os coordenadores das outras duas Comissões já tinham enviado as suas conclusões, pelo que aguardava que todas as informações estivessem disponíveis, para poder partilhar com os demais membros.

Foi ainda comunicado aos membros do CP do CCP que os coordenadores das três comissões tiveram o seu mandato renovado, mantendo-se o Hilário da Cunha, a Sandra Mano Ferreira e o Rui Ribeiro Barata nas suas funções.

Durante o encerramento das reuniões, marcaram presença no evento o Diretor Regional das Comunidades, do governo dos Açores, José Maria de Medeiros Andrade, e o Diretor Regional das Comunidades Madeirenses e Cooperação Externa, José Sancho Gonçalves Gomes.

De seguida, Flávio Martins abriu o espaço para perguntas ou questões relacionadas com as reuniões, observando mais uma vez que estas teriam que ter em consideração que as conclusões estavam incompletas.

O Conselheiro Fernando Topa aproveitou a oportunidade para comentar que tinha estado em contacto pessoal com alguns colegas das comissões, e que também constatou que os trabalhos tinham decorrido de forma satisfatória, manifestando a sua satisfação por todos os membros das CTs terem cumprido com as suas atividades.

Sem outras intervenções, prosseguiu-se para o ponto seguinte da agenda.

### **2.3 Ponto de Situação da Programação da reunião do CP/CCP**

No que diz respeito ao ponto 3 da agenda, que se referiu ao programa das reuniões presenciais do CP/CCP, em Lisboa, durante o período de 7 a 9 de julho de 2025, o Presidente Flávio Martins deu início ao debate, e para facilitar a análise, partilhou um ficheiro no chat do Zoom, que continha a programação mais atualizada, apesar deste ficheiro já ter sido enviado anteriormente.



## *Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas*

Relativamente ao novo gabinete e ao novo SECP, Flávio Martins informou que a organização da programação foi realizada há mais de um mês, em colaboração com a Dra. Ana Ferreira, Dra. Ana Cristina Ribeiro e Dr. José Cesário. Disse entender que a nova equipa necessitaria de tempo para se familiarizar com a situação atual, mas que a falta de comunicação a este respeito tem gerado preocupações. O Presidente do CP do CCP disse ainda que tinha enviado uma correspondência para a Dra. Ana Cristina Ribeiro, onde incluiu todos os ofícios pertinentes. Contudo, a Dra. Ana Cristina informou-o que o envio deveria ser efetuado através do gabinete, o que gerou uma série de interações infrutíferas.

Mencionou também que a Conselheira Rita Santos, do CCP do Círculo da China, tinha apresentado um pedido de renúncia ao seu mandato, no dia 18 de junho de 2025, mas, após reflexão, decidiu cancelar essa renúncia no dia 21 de junho. A situação foi comunicada ao gabinete do SECP, mas a mensagem enviada por ela retornou devido a um erro no endereço. Foi contactada a Dra. Ana Cristina que confirmou que o ofício tinha sido recebido, pelo que o problema não residiria na receção da correspondência.

Prosseguiu indicando que de acordo com o ficheiro partilhado, relativo à Programação da reunião do CP/CCP, haveria várias reuniões agendadas assinaladas a vermelho, especialmente nos dias 8 e 9 de julho, indicando não haver confirmações em relação a estas solicitações. Isso também se aplicaria à reunião com o SECP, cuja presença ainda não tinha sido confirmada. A Dra. Ana Cristina tinha sugerido que o Presidente do CP do CCP contactasse diretamente o gabinete, mas Flávio Martins considerou que seria responsabilidade do gabinete contactar o CP do CCP, sendo a função deste a de preparar toda a documentação para que o gabinete pudesse proceder ao envio das comunicações necessárias. Contudo, não pretendia que esta posição fosse interpretada como uma crítica pessoal, em virtude de também ter sido afetado com a saída do Dr. José Cesário e a sua subsequente exclusão da Assembleia da República. Em contrapartida, propôs que, após a reunião, o Conselheiro Paulo Marques, como vice-presidente do CP do CCP, fizesse o contacto necessário, salientando que seria fundamental que, ao chegarmos a Lisboa, tivéssemos um plano de ação claro, e que caso não houvesse progresso, entretanto, expressaria a sua insatisfação, porquanto já teriam decorrido duas semanas sem que tivesse sido enviada resposta do gabinete, o que considerava inaceitável.

No que diz respeito às audiências com os candidatos à Presidência da República, Flávio Martins indicou que já tinha entrado em contacto com três deles: o Dr. Marques Mendes, o Dr. António José Seguro e o Almirante Gouveia e Melo. Mencionou também que o Dr. Marques Mendes já tinha confirmado a sua presença, e que antecipava que os outros dois candidatos também o fizessem em breve.

Em relação à entrega do relatório de atividades ao Presidente da República, a Dra. Maria João Ruela informou que, se o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa não puder estar presente no encerramento, poderíamos enviar-lhe o relatório posteriormente.

Comunicou também que foi decidido cancelar a ideia de realizar um jantar com os antigos e o atual SECP, uma vez que as circunstâncias atuais não são propícias para tal evento.



## *Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas*

Por fim, e após informar os presentes em relação ao local do alojamento, e à alimentação, durante o período das reuniões presenciais do CP do CCP, o Presidente Flávio Martins abriu o debate para ouvir as considerações de todos os outros membros do CP do CCP.

O Conselheiro António Iria mencionou que seria importante saber quais os novos membros do gabinete do SECP que asseguram a ligação com o Conselho das Comunidades Portuguesas, tendo Flávio Martins informado que as únicas confirmações conhecidas até ao momento eram a da Dra. Ana Cristina e da Dra. Elvira Barata, tendo o restante da equipa do gabinete sido alterada, desconhecendo informação sobre os novos membros.

Em complemento informou também sobre algumas alterações registadas no governo relativas aos novos Secretários de Estado e às Comissões Parlamentares e as modificações que foram necessárias introduzir no processo de convites efetuados para as reuniões do CP do CCP.

O Conselheiro Manuel Viegas indagou se os convites tinham sido enviados diretamente aos convidados ao que Flávio Martins informou terem sido enviados através do GSECP, tal como é habitual, estando a aguardar que sejam tomadas providências nesse sentido.

O Conselheiro Rui Barata aproveitou para intervir e partilhar a experiência da sua organização na Comissão Temática, salientando a ausência de apoio por parte do GSECP na organização de convites para os eventos, tendo informado que os convites foram elaborados diretamente pela Comissão Temática, sem assistência externa.

Rui Barata mencionou ainda que, apesar de terem solicitado que o GSECP enviasse as cartas formais a convidados oficiais, como os diretores regionais das comunidades da Madeira e dos Açores, essa solicitação foi recusada. Destacou que, ao observar a atual dinâmica de funcionamento, notou uma diferença significativa em relação ao apoio recebido no passado e concluiu a sua intervenção salientando a necessidade de uniformizar o apoio às Comissões Temáticas, para que estas possam contar com uma assistência mais adequada na organização das suas reuniões anuais e programas.

O Conselheiro Fernando Topa expressou a sua preocupação e descontentamento em relação à falta de contacto com o GSECP, considerando a situação absurda, considerando-se ignorado pela falta de comunicação com os responsáveis, apesar dos esforços desenvolvidos.

Ressaltou a importância de observar a evolução da situação e afirmou que, caso não haja qualquer contacto até à próxima reunião, sugeria que nos manifestássemos e tomássemos medidas assertivas. Referiu ainda que, se o Conselheiro Paulo Marques vier a participar nesta reunião, será uma boa oportunidade para discutir a questão, tendo em conclusão mencionado que, independentemente das dificuldades, a reunião deveria prosseguir e todos os membros deveriam continuar a cumprir as suas responsabilidades. O Presidente Flávio Martins aceitou a sugestão, mas informou que se deveria proceder com cautela para que estas ações não fossem interpretadas de forma negativa.



## *Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas*

Daniel Loureiro expressou a sua compreensão pela posição adotada pelo Presidente do CP do CCP, e pela humildade demonstrada, destacando que essa qualidade reflete o seu carácter e a razão pela qual ocupa o cargo atual. No entanto, sublinhou a importância de agir diretamente na situação em questão, dada a urgência do momento. Embora reconheça a intenção de Flávio em consultar Paulo Marques antes de intervir, o Conselheiro argumentou que a proximidade da reunião exige uma abordagem mais direta para evitar que os assuntos pendentes, que são cruciais tanto para o Conselho quanto para as comunidades portuguesas, continuem sem resolução.

Afirmou que a falta de contacto com o gabinete não é uma situação nova e que, frequentemente, devido a mudanças de gabinete, o Conselho acaba por ser negligenciado. Reforçou que este problema não é isolado e que é necessário garantir que a assistência recebida pelo Conselho Permanente seja igualmente aplicada aos órgãos do Conselho das Comunidades, a fim de evitar que se repitam experiências frustrantes do passado.

O Conselheiro Vasco de Abreu iniciou a sua intervenção reafirmando os pontos levantados por Fernando e Daniel, destacando que, apesar de recentemente ter sido questionado sobre a valorização do Conselho das Comunidades pelas entidades portuguesas, a sua resposta foi clara: essa valorização não resulta do trabalho dos governos anteriores, mas sim dos esforços do Conselho desde 2015, dos quais o Presidente Flávio Martins é um dos principais responsáveis. Este trabalho permitiu que os problemas fossem abordados de forma mais assertiva, fazendo com que o Conselho fosse mais considerado por deputados, governos e outras entidades.

Vasco de Abreu salientou ainda a necessidade de agir com firmeza, afirmando que a situação atual é inaceitável. Com mais de dois terços da programação ainda sem confirmação, criticou a falta de ação do Gabinete de Apoio, que deveria ter realizado o trabalho necessário, expressando a sua frustração, sublinhando que todos os membros fazem sacrifícios na sua deslocação a Portugal para as reuniões, e que não é aceitável que a situação se mantenha sem resolução.

Concluiu a sua intervenção alertando para a importância de não regredir e de garantir que o Conselho das Comunidades continue a avançar, ressaltando que não se pode permitir um retrocesso em relação aos progressos alcançados ao longo da última década.

Os Conselheiros António Iria e Manuel Viegas, demonstraram o seu apoio às posições manifestadas pelos colegas.

Prosseguindo na sua intervenção, Flávio Martins anunciou a sua intenção de solicitar ao Vice-Presidente Paulo Marques que estabeleça contacto com o GSECP, sublinhando que, se não houver progresso, será necessário tomar medidas adicionais. Advertiu que, na eventualidade de uma situação crítica durante a segunda comissão, especialmente em caso de abordagem pela comunicação social, o Conselho pode ser levado a expressar publicamente a sua insatisfação, o que poderá resultar em críticas à falta de apoio que têm recebido.



## *Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas*

Salientou que, nas reuniões, é fundamental que os membros do Conselho Permanente, independentemente das suas filiações políticas, mantenham uma postura crítica em relação ao governo, tal como o fizeram no passado. Apontou que a falta de resultados pode levar à perceção de que a participação nas reuniões é infrutífera, desconsiderando os compromissos e responsabilidades que cada membro tem nos seus países de residência.

O Conselheiro Vasco de Abreu sugeriu ainda a necessidade de estabelecer prazos para a finalização da agenda de reuniões, propondo que, até à sexta-feira seguinte, se fechem os convites e se façam os contactos necessários para resolver os casos pendentes. Afirmou que, caso surjam lacunas na programação, estas poderão ser abordadas diretamente na Assembleia com os grupos parlamentares, assegurando que a agenda do Conselho continue a avançar de forma eficaz.

O Conselheiro Rui Marcelo começou por justificar a sua ausência de manifestação anterior, explicando que estava a ponderar sobre a atual situação, que considerava dececionante. Referiu que concordava com a análise feita pelo colega Daniel Loureiro, que sugeriu que Flávio tentasse desbloquear a situação. Reconheceu a falta de diálogo e a ausência de respostas em relação à informação enviada ao GSECP, destacando a incerteza sobre a identidade dos membros desse Gabinete e os contactos disponíveis.

Afirmou ainda que essa desorganização tem um impacto negativo no funcionamento do Conselho das Comunidades e que a falha na programação, com a proximidade da viagem a Lisboa, poderá complicar ainda mais as atividades planeadas. Expressou a sua solidariedade em relação à intervenção de todos os membros sobre esta matéria e reiterou a sua opinião de que, apesar dos constrangimentos, o Presidente Flávio Martins deveria tentar resolver a situação diretamente, tendo concluído a sua intervenção sublinhando a importância de agir em conjunto para organizar as atividades do Conselho.

O Conselheiro Fernando Topa reforçou a sua posição questionando se seria apropriado ou incómodo escalar a situação até ao MNE, dada a falta de respostas da Secretaria de Estado das Comunidades, no sentido de manifestar o desagrado em relação à ausência de comunicação. Alertou para a passagem do tempo e para a possibilidade de que, na data das reuniões, o SECP não possa estar presente, ignorando as questões pendentes. O Conselheiro expressou ainda que, caso a situação persista, é fundamental que a voz do Conselho seja ouvida. Concluiu reafirmando que a ação não deve ser vista como uma queixa, mas como uma necessidade de comunicação efetiva.

Flávio Martins manifestou a sua disponibilidade para contactar o MNE, esclarecendo que não pretende abordar a questão de forma a reclamar, tendo em conta que a saída do ex-secretário relacionada com questões internas. Reconheceu que a situação atual é delicada, e expressou a sua preocupação de que qualquer comunicação possa ser interpretada como uma crítica ao trabalho do atual Secretário, o que não seria desejável. O Presidente do CP do CCP salientou ainda a importância de agir com prudência, de modo a evitar consequências negativas para o Conselho.



## *Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas*

O Conselheiro António Iria interveio novamente para referir que, ao saber que o Dr. José Cesário não tinha sido reconduzido como SECP, expressou o seu descontentamento através de contactos diretos, incluindo uma mensagem ao ex-SECP. Destacou o trabalho que realizaram juntos na campanha eleitoral na Suíça e comunicou ao atual Ministro da Agricultura, do PSD, a sua preocupação sobre o futuro do Conselho Permanente do CCP.

O Conselheiro salientou ainda a importância de cumprir as promessas feitas durante a campanha eleitoral, sublinhando que o povo deve ser respeitado, reiterando a sua responsabilidade para com os imigrantes que o elegeram.

Flávio Martins, concluindo o debate deste ponto e referindo-se à sua intenção de analisar o programa de governo, embora ainda não o tivesse lido, devido a outras responsabilidades, afirmou que, se o objetivo do governo é valorizar o Conselho das Comunidades Portuguesas, então estão a enveredar pelo caminho errado.

Criticou a falta de atenção dada aos ofícios urgentes enviados, defendendo que, se o governo tem disponibilidade para algumas atividades, deve igualmente dedicar tempo às preocupações dos cidadãos e do Conselho.

Mencionou ainda a necessidade de promover a credibilização do Conselho, enfatizando que a participação política dos portugueses nos países de acolhimento deve ser uma prioridade.

Por fim, comprometeu-se a contactar figuras relevantes, como o Primeiro-Ministro, o Presidente da Assembleia da República e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, para discutir a situação e convidou os presentes a seguirem em frente com a reunião, aguardando um desfecho positivo nos próximos dias.

### **2.4 Relatório anual de atividades do CPCCP: início de discussão**

O Presidente Flávio Martins deu início ao ponto da ordem de trabalhos referente ao Relatório Anual de Atividades do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), tendo informado que o documento preliminar, elaborado pelo secretário Rui Marcelo em colaboração com o secretário Vasco de Abreu, e posterior revisão da Presidência, fora partilhado previamente com os membros. Solicitou aos presentes que se manifestassem sobre eventuais desenvolvimentos ou ajustes necessários ao conteúdo. Durante a exposição inicial, o Presidente ausentou-se por breves momentos, delegando a condução da discussão ao Conselheiro Rui Marcelo.

O relator, Rui Marcelo, apresentou a estrutura e âmbito do relatório, abrangendo o período desde o início do mandato (outubro de 2024) até à última reunião do Conselho Permanente (24 de maio de 2025). O documento baseou-se em contributos dos Conselhos Regionais, atividades das Comissões Temáticas, atas de reuniões e informação sobre a participação em conselhos externos onde o CCP tem representação indigitada. Foram reportadas participações ativas no Conselho Económico e Social (CES), Conselho Consultivo para a Coordenação Internacional da Segurança Social (CCISS) e Conselho de Opinião da RTP.



## *Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas*

Registou-se, contudo, a ausência de informação sobre atividades noutros conselhos com representação do CCP. O relatório integrará ainda os desenvolvimentos do processo eleitoral em curso e os resultados da presente reunião, com prazo de consolidação até final de junho. Foram confirmadas as alterações recentes enviadas pelo Presidente, tendo de seguida sido registadas as seguintes intervenções dos membros do CP do CCP:

O Conselheiro Fernando Topa salientou a necessidade de destacar o estatuto de consulta obrigatória do CCP em matérias afetas às comunidades (referindo-se aos 2.º e 6.º parágrafos), sublinhando ser um direito conquistado que não deve ser negligenciado. Comprometeu-se a enviar comentários adicionais após leitura pormenorizada.

O Vice-Presidente Paulo Marques felicitou os relatores e anunciou o envio de propostas de redação para as secções do CES e Conselho de Opinião da RTP até ao fim de semana, focando-se na redução de redundâncias e clarificação da representação única neste último.

O Conselheiro Daniel Loureiro apoiou a sugestão do Conselheiro Fernando Topa e propôs menção explícita aos conselhos externos onde o CCP não foi ainda convocado (e.g. Conselho Nacional da Juventude), evitando perceções erróneas de inação dos representantes.

Paulo Marques reforçou ainda a importância estratégica da representação em conselhos nacionais, recordando os 10 anos necessários para integrar o CES e o pioneirismo no Conselho Nacional de Educação. Criticou a necessidade de o CCP ter de reivindicar participação, quando essa responsabilidade deveria caber à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP).

O Conselheiro Rui Barata reportou os contributos das reuniões em Lisboa: recomendou clarificar "voto eletrónico" como "voto desmaterializado"; sugeriu incluir a formação de membros do CCP como prioridade; denunciou a recusa de audiência pela Direção-Geral de Política Externa (DGPE); e alertou para a falta crónica de apoio estrutural do Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades (GSECP) e do MNE, que prejudica a operacionalidade do CCP.

### **Deliberações:**

Ficou estabelecido pelo Presidente Flávio Martins o prazo de até 13 de julho para envio de todos os contributos. O relatório deverá estar 99% finalizado antes da deslocação a Lisboa, restando apenas revisões formais. Após aprovação, serão impressas cópias para distribuição na reunião em Portugal a entidades relevantes e candidatos à Presidência do CCP.

### **Temas transversais registados:**

**Orçamento:** O Presidente Flávio Martins defenderá o aumento do orçamento do CCP para 500.000 € (vs. os atuais 420.000 €) face à subida de custos operacionais.



## *Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas*

**Gabinete de Apoio Exclusivo:** Foi consensual a crítica à disfuncionalidade do apoio atual. Tinha sido decidido durante as reuniões presenciais das Comissões Temáticas propor formalmente ao anterior Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, a criação de um gabinete hierarquicamente dependente do CCP, com recursos dedicados, para garantir autonomia operacional. O Presidente Flávio Martins solicitou que esta reivindicação fosse retomada nas reuniões do Conselho Permanente em Lisboa.

Sem mais intervenções, o ponto foi encerrado, dando-se sequência ao ponto 5.

### **2.5 Novo GSECP**

O Presidente iniciou a discussão manifestando profunda insatisfação quanto ao desconhecimento total da composição do novo gabinete da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP). Saliu que, para além da identidade do Secretário de Estado, nenhuma informação foi disponibilizada sobre a chefia de gabinete, assessores, técnicos ou demais elementos da estrutura. Para contextualizar, recorreu a experiências com anteriores titulares: o Dr. José Luís Carneiro estabeleceu contacto pró-ativo antes da tomada de posse, inclusive reunindo-se com o Presidente no Rio de Janeiro; a Dra. Berta Nunes apenas iniciou diálogo em janeiro seguinte à sua nomeação (ocorrida em novembro), dando prioridade a visitas a países europeus com maior densidade migratória; e o Dr. Paulo Cafôfo contactou o Conselho dois dias após a posse, modelo apontado como referência de boa prática.

Criticou veementemente a atuação do atual SECP, destacando três falhas estruturais: falta de transparência na designação de um interlocutor específico para o CCP; incoerência no tratamento das comunidades, evidenciada pelo acolhimento de judeus com dupla nacionalidade em contraste com declarações públicas que desconsideravam a portugalidade de indianos na mesma condição, configurando tratamento discriminatório; e isolamento institucional, com ausência total de iniciativas de aproximação desde a tomada de posse em 6 de junho.

O Vice-Presidente, Paulo Marques, complementou a análise focando o contexto francês. Recordou que todos os secretários iniciaram mandatos com visitas à França (maior comunidade da diáspora), mas nenhum incluiu conselheiros locais nessas agendas. Atribuiu esta omissão à falha das missões diplomáticas em integrar os representantes do CCP nos Conselhos Consultivos Consulares, apesar da obrigatoriedade legal. Reconhecendo o curto prazo desde a posse (15 dias), expressou expectativa de que o perfil do atual Secretário – com ligações familiares em França e experiência autárquica partilhada com os seus três antecessores – se traduza em maior abertura ao diálogo institucional.



## *Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas*

Registou-se consenso sobre a disfuncionalidade do relacionamento, com os membros a exigirem: designação imediata de um interlocutor dedicado no gabinete; correção das assimetrias no tratamento comunitário; e cumprimento efetivo do dever de diálogo estruturado com o CCP. Sem mais intervenções, o ponto foi encerrado, passando-se aos assuntos gerais (ponto 6).

### **2.6 Assuntos Gerais**

O ponto 2.6 da reunião, dedicado a assuntos gerais, tratou dos preparativos para a reunião presencial do CP do CCP em Lisboa, contributos finais dos membros e encaminhamentos e ações futuras.

Flávio Martins deu início à sessão de intervenções, confirmando os preparativos para a reunião em Lisboa (7 a 9 de julho). Informou que o encontro com os Conselhos da Diáspora ocorrerá no Refeitório dos Monges (corrigindo a referência anterior ao Auditório António de Almeida Santos), espaço utilizado em reuniões anteriores do CCP. Estão confirmadas as presenças do Dr. António Calçada de Sá (Presidente da Direção do Conselho da Diáspora Portuguesa), do Diretor Regional das Comunidades Madeirenses e Cooperação Externa, Dr. José Sancho Gonçalves Gomes, e do Diretor Regional das Comunidades, do governo dos Açores, José Maria de Medeiros Andrade, para a tarde de segunda-feira. Relativamente aos protocolos de cooperação:

- O protocolo com o Conselho da Diáspora Portuguesa, já aprovado e com redação finalizada, será assinado durante o encontro;
- As versões adaptadas para as Diásporas Açoriana e Madeirense foram enviadas para validação, cabendo a estas entidades decidir sobre a assinatura conjunta.

Quanto à logística:

- O alojamento decorrerá no Hotel Zurique;
- Os jantares serão servidos à carta (não self-service) no hotel, com três opções de peixe, três de carne/aves, entradas e sobremesas incluídas, sendo o cardápio enviado previamente;
- Os almoços realizar-se-ão no refeitório do 5.º andar do edifício novo da Assembleia da República.

Seguiram-se contributos dos membros:

- A Conselheira Odete Fernandes solicitou compreensão pela possível ausência no plenário devido a compromissos familiares, comprometendo-se a confirmar a presença até ao fim da semana seguinte junto da Dra. Ana Cristina;



## *Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas*

- A Conselheira Beatriz Pereira enalteceu o trabalho do Conselho Permanente e dos relatores do Relatório Anual (Vasco de Abreu e Rui Marcelo), propondo a redação de uma moção formal para exigir o reatamento do diálogo institucional com o SECP, disponibilizando-se para redigir o documento;
- O Conselheiro Manuel Coelho encaminhou proposta do Conselho Regional da América do Norte sobre atualização de vencimentos de coordenadores do ensino português, sugerindo abordagem direta na reunião de Lisboa;
- O Conselheiro Rui Barata alertou para constrangimentos do contexto político pós-eleitoral e destacou problemas no voto por correspondência, prometendo recomendações futuras;
- O Conselheiro António Iria realçou a necessidade de "fazer valer os direitos legais do CCP" junto das forças políticas;
- O Conselheiro Manuel Viegas sublinhou a importância de adotar uma postura assertiva e firme para garantir que o Conselho das Comunidades Portuguesas seja ouvido e respeitado. Destacou que, se não forem tomadas medidas para exercer pressão, as comunidades representadas poderão questionar a eficácia do Conselho. Afirmou que, além de defender os interesses das comunidades, é crucial que o Conselho e o Governo prestem atenção às suas necessidades e preocupações.
- O Conselheiro Fernando Topa informou que, após a reunião, se dirigiria ao aeroporto para viajar para Lisboa, e que na próxima semana, celebraria o Dia da Madeira, com a visita de um representante da comunidade madeirense na Venezuela, Rui Abreu. Concluiu expressando a esperança de que a reunião em Lisboa seja produtiva e que as dificuldades enfrentadas sejam superadas.
- O Conselheiro Daniel Loureiro esclareceu que a proposta do Conselho da América do Norte, mencionada pelo colega Manuel Coelho, ainda estava em fase de revisão interna e que será comunicada oportunamente, assim que for aprovada.
- O Conselheiro Vasco de Abreu comentou que já haviam abordado todos os tópicos necessários e mencionou a possibilidade alternativa de jantares em restaurantes nas proximidades do hotel, desejando ainda uma boa viagem a todos.
- O Conselheiro Rui Marcelo destacou a necessidade urgente de reativar os canais de comunicação com o Gabinete do SECP e solicitou que os presentes enviassem comentários e observações sobre o relatório até ao final da semana, informando que, juntamente com o colega Vasco de Abreu, realizará uma revisão final do documento antes das reuniões de julho.
- O Vice-Presidente Paulo Marques fez duas observações principais. Primeiro, propôs que se agendassem as reuniões locais dos conselhos das comunidades portuguesas por território, idealmente a partir de setembro, para retomar os trabalhos em 2026.



## *Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas*

Em segundo lugar, compartilhou a experiência de um dia passado em Lisboa, onde participou de uma reunião do Conselho de Opinião da RTP. Mencionou que a concessão de serviço público foi assinada recentemente, garantindo 21 horas semanais de programação para as comunidades. Durante a reunião, discutiu-se a evolução do serviço público de comunicação social, incluindo a necessidade de adaptação às novas tecnologias e hábitos de consumo, especialmente entre os mais jovens. O Conselheiro destacou a importância de integrar essas novas realidades na programação da RTP e prometeu enviar um relatório com um resumo do que foi discutido. Concluiu a intervenção afirmando que a RTP precisa evoluir para melhor se comunicar com as comunidades.

- Por fim, o Presidente Flávio Martins informou que já havia enviado ofícios ao Dr. Paulo Rangel e ao Dr. Luís Montenegro, mas que ainda não tinha obtido resposta. Compartilhou que enviou um e-mail a todos com o programa de governo, recomendando a leitura a partir da página 42, que aborda assuntos relacionados com a área de negócios estrangeiros e comunidades. Anexou também o protocolo do Conselho da Diáspora Portuguesa, cuja versão final será assinada no dia 7 de julho. Mencionou que, após a assinatura do protocolo, irá agendar uma reunião com o Conselho da Juventude e os jovens da diáspora para fomentar uma relação mais próxima, conforme estipulado no protocolo. Concluiu desejando uma boa viagem a todos e pediu que permanecessem atentos às comunicações por e-mail e WhatsApp, confirmando o encontro no hotel no domingo para discutir questões antecipadamente.

### **3. Próxima Reunião**

A próxima reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas realizar-se-á presencialmente, em Lisboa, nos dias 7, 8 e 9 de julho de 2025.

### **4. Encerramento**

Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada pelas 15:50 (hora de Lisboa) do dia 21 de junho de 2025, pelo Presidente do Conselho Permanente do CCP, Dr. Flávio Martins, que agradeceu a colaboração de todos os membros do Conselho Permanente.

Esta ata foi lavrada pelos Secretários Vasco de Abreu e Rui Marcelo e será assinada pelo Presidente e pelos Secretários, de acordo com o regulamento do CP/CCP.

Lisboa, aos 21 de junho de 2025.



*Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas*

---

Flávio Alves Martins (Presidente)

---

Rui Marcelo (Secretário)

---

Vasco de Abreu (Secretário)